

FACÓ, Rui — *Cangaceiros e Fanáticos* — Retratos do Brasil, vol 15, Editora Civilização Brasileira S. A., 2.^a edição, 228 pp. e várias ilustrações no texto. Rio de Janeiro, 1965.

O cangaço e o misticismo, ao lado de vários outros temas da realidade brasileira, especialmente da região nordeste, têm sido amplamente explorados por nossos artistas, sociólogos, antropólogos, economistas e historiadores. Cada um deles, através de sua perspectiva particular, tem-se dedicado a fundo ao estudo desses fenômenos, tomando-os isoladamente e analisando-os em seus detalhes. Neste sentido, a presente obra parece-nos bastante oportuna.

Rui Facó não é um cientista social, nem historiador. É, acima de tudo, um jornalista inteligente e perspicaz, cujo livro nos mostra a necessidade de exorbitarmos os limites aparentes dos eventos, para que, atingindo suas bases concretas, ampliemos nossa compreensão dos fatos sociais.

Além de trazer importantes contribuições ao conhecimento especializado, CANGACEIROS E FANATICOS proporciona ao público mais amplo uma sólida visão dos problemas de que trata, numa linguagem bastante acessível. Contudo, algumas restrições lhe podem ser feitas, ainda que seu valor fundamental não se torne menor.

Vejamos o que a obra nos apresenta.

As três partes que a compõem podem ser interpretadas como dois momentos da reflexão. Em primeiro lugar, temos uma síntese da temática a ser desenvolvida, em que é definido, com bastante nitidez, o caminho que o Autor adotará na explicação; nas unidades seguintes, apresentados em close, destacam-se dois casos já esboçados na primeira parte, agora considerados na sua individualidade, embora referentes ao mesmo contexto.

O DESPERTAR DOS POBRES DO CAMPO — “Uma série de crises de ordem econômica, ideológica, de autoridade — expressas em rebeliões espalhadas em vastas áreas do interior do Brasil, abrangendo muitos milhares de habitantes do campo, é a característica principal do período de transição que compreende o último quartel do século XIX e o primeiro deste século em nosso país” (p. 15). “Era mais do que natural, era legítimo, que esses homens sem terra, sem bens, sem direitos, sem garantias, buscassem uma ‘saída’ nos grupos de cangaceiros, nas selvas dos ‘fanáticos’, em torno dos beatos e conselheiros, sonhando a conquista de uma vida melhor” (p. 21). “Suas lutas (...) tinham um caráter social progressista, na medida em que traduziam aspirações de libertar-se da terrível exploração do latifúndio, que tudo condenava à estagnação. Tentavam fugir ao seu domínio concentrando-se em grandes aglomerações. Uma vez vítimas da agressão, pegavam em armas e resistiam até a morte” (p. 69). Contudo, ressalta o Autor, uma distinção se faz necessária: apesar de gerados por uma só matriz, “o cangaço é desde o início um elemento ativo e o misticismo surge como um elemento passivo. Manifesta-se sem fins agressivos” (p. 53).

CANUDOS E O CONSELHEIRO — Interpretação da campanha de Canudos à base de um material rico e bem explorado. Não interessa ao Autor, de modo particular, a compreensão do movimento messiânico enquanto tal. “Cinco ou seis mil famílias, deslocadas da terra por fatores diversos, mas fundamentalmente pela opressão dos grandes fazendeiros semifeudais, procuravam viver, e para isso lutavam de arma na mão... Havia simultaneamente um surto de misticismo religioso entre aqueles miseráveis ignorantes? Não há dúvida. Mas isto não

invalida a afirmação contida nos próprios fatos... estranho misticismo esse que arregimentava apenas os pobres!" (p. 120)

JUAZEIRO E O PADRE CÍCERO — "Enquanto o obituário cresce em Fortaleza e em outras zonas do Ceará, assim como em outras províncias sacrificadas pela seca, como a Paraíba e o Rio Grande do Norte, enquanto a emigração aumenta em direção à Amazônia, os que se recusam a emigrar e tentam salvar a vida correm para o Cariri" (p. 132). "E aqui vale destacar o fato de haver-se tornado consciente para muitosromeiros que não podiam, em Juazeiro, esperar um novo Canudos (...) não havia nenhuma relação entre a doutrina do Conselheiro e os ensinamentos do Padre Cícero (...) enquanto o patriarca do Juazeiro acumulava riquezas, as esmolas recebidas, o Conselheiro distribuía à pobreza tudo o que recebia. Nas lutas que travavam, um contra as forças do governo e o outro contra a Igreja, encarnada na pessoa do Diocesano, Antônio Conselheiro reagia à mão armada, enquanto o Padre Cícero pregava a obediência e a humildade... Aí temos o Padre Cícero enaltecido como elemento moderador de 'excessos' dos miseráveis que se arregimentavam em torno dele, acreditando-o seu salvador" (p. 175/6). O desenvolvimento deste episódio não poderia deixar de sublinhar a figura de Floro Bartolomeu da Costa que é apresentado como "um falso romeiro que acabaria sendo o mentor político das decisões do Padre Cícero" (p. 149) e a crise do mandonismo local diagnosticada através do famoso "pacto dos coronéis", assinado em 1911, em Juazeiro, no qual se afirmava: "nenhum chefe procurará depor outro chefe, seja qual for a hipótese" (p. 153).

Sentimos, de imediato, que a tônica do livro são os fanáticos. Realmente, o episódio de Lampião é tratado apenas de passagem, sempre referido ao fanatismo, quer no estabelecimento de analogias, quer na formação dos contrastes. Entretanto, a curiosidade despertada no leitor, neste caso particular, não é satisfeita e, o que é mais grave, sentimos aí uma das falhas do trabalho. Julgando do ponto de vista formal, podemos afirmar que a própria estrutura do livro impunha um tratamento sistematizado do tema. A "guerra de Canudos" e a concentração de místicos no Juazeiro se aproximam por serem compreendidas a partir das mesmas causas e por haverem contado, ambas, com a participação de fanáticos; entretanto, elas se opõem desde que as projetemos sobre o quadro de referência construído pelo Autor: a segunda foi utilizada diretamente pelos coronéis do Cariri em suas lutas pelo poder e na solução dos problemas decorrentes da escassez de mão de obra rural. Por outro lado, o movimento de Antônio Conselheiro encontra analogias no cangaço, o que se evidencia quando ele se transforma em rebelião contra as forças políticas vigentes; ao mesmo tempo, eles se distanciam quando pensamos em termos do fanático e do cangaço como seus integrantes. Esta reflexão que, de certo modo, está contida na primeira parte do livro, sugere, de imediato, três situações distintas que se configurariam em torno de Antônio Conselheiro, Lampião e Padre Cícero. Destas, apenas duas foram desenvolvidas mais extensamente.

Além disso, caberia perguntar: teria o Autor atingido seus objetivos?

Logo à página 11 vamos encontrar a perigosa (ainda que honesta) afirmação: "Foi nosso empenho dar resposta principalmente a estas indagações: Por que surgiu o cangaço? Por que surgiu o fanático? Que gerou o capanga? Que os faz desaparecer?" E a resposta contida no desenvolvimento da obra é sempre a mesma: o latifúndio, as relações pré-capitalistas de produção, o isolamento geográfico, as secas e assim por diante; o seu desaparecimento seria explicado, evidentemente, através da mudança dessa situação original. O pro-

blema que se coloca não é o da inviabilidade dessas hipóteses que são muito bem encaminhadas pelo Autor. O que não podemos deixar de salientar é que Rui Facó justapõe as condições reais de existência do sertanejo aos eventos históricos que pretende analisar sem estabelecer, de maneira positiva e realmente consistente, as correlações necessárias à explicação causal. É verdade que, principalmente através da figura do coronel, o Autor tenta estabelecer tais conexões explicativas entre o panorama geral e os movimentos de cangaceiros e fanáticos. Contudo, resta-nos uma questão: por que surgem, exatamente *esses* dois tipos de movimentos, quais as condições específicas que os geraram, qual a ideologia de seus protagonistas? Parece que neste ponto ele vai encontrar as limitações de sua formação, deixando aos especialistas o prosseguimento da análise.

Contraditariamente, este é o ponto mais criticável da obra, ao mesmo tempo que um dos mais positivos. A nosso ver, duas são as contribuições de Rui Facó. Por um lado, a tentativa de entender os problemas partindo da situação global em que se inserem, buscando nela a sua verdadeira explicação. Por outro, o tratamento do cangaço e do misticismo conjuntamente, ao lado da migração, como coordenadas de um mesmo esquema, como possibilidades alternativas se bem que inviáveis (e que não se excluem necessariamente) de superação de um drama existencial cujo traço determinante é o esmagamento das prerrogativas humanas do camponês. Devemos frisar, ainda, que apenas o estudo em termos de um esquema amplo de análise não é suficiente, embora, no caso presente, sugestivo; ao mesmo tempo devem ser buscados os motivos particulares de cada situação. — Antônio Augusto Arantes Neto.

CARLOS DRUMOND. *Contribuição do Bororo à toponímia brasileira*. São Paulo. Instituto de Estudos Brasileiros, 1965. 129 pp., Mapa.

"Tupimania brasileira" é o título de um dos capítulos do livro *Toponímia brasileira*, de Armando Levy Cardoso, onde o diligente escritor pondera, baseado em pesquisas e informações científicas, que houve "da parte de alguns estudiosos de nossa toponímia, um verdadeiro sestro de querer explicar com etimologias tupis todas as denominações indígenas, chegando o fato a constituir, realmente, uma verdadeira tupimania." Por este motivo é que a Cadeira de Línguas Indígenas do Brasil, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, criada em 1962, iniciou o levantamento exaustivo da toponímia brasileira de origem aborígine em geral, para posteriormente levar avante a publicação de um dicionário toponímico. A parte referente ao Bororo já se acha completa e é o tema do presente estudo.

A obra em aprêço foi apresentada como tese de livre docência à Cadeira acima nomeada. É uma ampliação de largo fôlego do ensaio preliminar publicado em 1954 pelo Boletim Paulista de Geografia. Neste, foram estudados cento e onze topônimos, e o apresentador, ao comentar a oportunidade do trabalho, valorizou-o por focalizar um aspecto que até então não havia sido tratado com o devido interesse.

Para o levantamento dos topônimos, o Autor utilizou-se de fontes cartográficas (carta de Mato Grosso de 1952 e folha de Corumbá da Carta do Brasil do milionésimo) e de trabalhos do insigne sertanista Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, dos salesianos César Albisetti e Antônio Colbachini e do historiador Basílio Magalhães, E. seguindo o delineamento dos estudos científicos da